



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

INTRODUÇÃO

Este estudo é uma etapa no processo de planejamento do processo licitatório abaixo delineado, visando garantir a eficiência na utilização de recursos públicos e a adequação dos ambientes de trabalho das secretarias.

1. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE (art. 18 § 1º inciso I da Lei 14.133/2021)

descrição da necessidade da contratação, considerado o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público;

A presente contratação decorre da necessidade de apoiar a execução das campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde, em especial as campanhas de Vacinação contra Influenza e de Multivacinação, realizadas anualmente nos meses de abril e outubro, respectivamente, conforme diretrizes do Programa Nacional de Imunizações (PNI).

Ressalta-se que tais campanhas contam com recursos financeiros específicos destinados pelo ente federativo competente, repassados ao Município para viabilizar a execução das ações de imunização, os quais devem ser aplicados de forma planejada e eficiente no fortalecimento das estratégias de mobilização da população e ampliação da cobertura vacinal.

Observa-se que, durante as campanhas, há maior resistência por parte do público infantil ao procedimento vacinal, o que pode impactar negativamente a adesão das famílias e o alcance das metas de cobertura vacinal estabelecidas pelo Ministério da Saúde. Nesse contexto, a locação de brinquedos recreativos mostra-se uma estratégia eficaz para tornar o ambiente mais acolhedor, atrativo e humanizado, contribuindo para a redução da ansiedade das crianças, facilitando o atendimento e incentivando a participação da população.

A Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de estrutura própria ou equipamentos recreativos adequados para esse tipo de atividade, o que torna necessária a contratação de empresa especializada para o fornecimento dos



brinquedos, garantindo segurança, organização e conformidade com as normas técnicas e legais aplicáveis.

Dessa forma, a contratação atende ao interesse público ao fortalecer as ações de promoção da saúde, assegurar a adequada aplicação dos recursos destinados às campanhas de vacinação, ampliar a adesão às ações de imunização, melhorar a experiência dos usuários e contribuir para a prevenção de doenças imunopreveníveis, reforçando as políticas públicas de saúde preventiva no Município.

2. LEVANTAMENTO DE POSSÍVEIS SOLUÇÕES E ANÁLISE COMPARATIVA (art. 18 § 1º inciso V da Lei 14.133/2021 V - levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar;)

Para atendimento da necessidade identificada, foram analisadas as seguintes alternativas possíveis:

- a) Utilização de estrutura própria da Administração Pública:** Alternativa considerada inviável, uma vez que a Secretaria Municipal de Saúde não dispõe de brinquedos recreativos, nem de equipe técnica ou logística adequada para a montagem, operação e desmontagem dos equipamentos durante as campanhas de vacinação.
- b) Aquisição definitiva de brinquedos recreativos:** Embora possível, essa alternativa mostrou-se economicamente desvantajosa, considerando que os brinquedos seriam utilizados apenas em períodos específicos do ano (campanhas de abril e outubro), o que resultaria em ociosidade dos equipamentos, além de gerar custos adicionais com armazenamento, manutenção, transporte e eventual substituição por desgaste ou obsolescência.
- c) Contratação de empresa especializada para locação de brinquedos recreativos:** Alternativa que se apresenta como a mais adequada sob os aspectos técnico e econômico. A locação permite a disponibilização de equipamentos adequados, seguros e certificados, com montagem,



desmontagem e acompanhamento técnico inclusos, exclusivamente nos períodos necessários às campanhas, sem gerar custos permanentes à Administração.

Além disso, a contratação de empresa especializada transfere à contratada a responsabilidade pela segurança dos equipamentos, manutenção e conformidade com as normas aplicáveis, garantindo maior eficiência, redução de riscos e melhor custo-benefício.

Diante da análise comparativa realizada, conclui-se que a locação de brinquedos recreativos é a solução mais vantajosa para a Administração Pública, atendendo de forma eficaz à necessidade identificada, com racionalidade econômica, segurança operacional e alinhamento às boas práticas de gestão pública.

Quanto ao Simples Nacional, Pessoa jurídica reunida em consórcio e cooperativas:

A Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional?

Sim (x)

Não ()

Justifica-se o enquadramento, uma vez que o objeto da contratação consiste na locação de brinquedos recreativos, atividade compatível com as hipóteses previstas na Lei Complementar nº 123/2006, não envolvendo prestação de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nem cessão de trabalhadores. Assim, é plenamente possível a participação de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte optantes pelo Simples Nacional.

Poderá participar Pessoas Jurídicas em consórcio?

Sim ()

Não (x)

A vedação à participação de pessoas jurídicas reunidas em consórcio justifica-se pelo fato de o objeto da contratação ser de baixa complexidade, padronizado e amplamente ofertado no mercado, não demandando a soma de capacidades



técnicas, operacionais ou financeiras de mais de uma empresa para sua execução. Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a participação em consórcio constitui exceção, sendo desnecessária para o atendimento do interesse público na presente contratação.

Poderá participar Sociedades Cooperativas?

Sim (x)

Não ()

A participação de sociedades cooperativas é permitida, tendo em vista que o objeto da contratação não envolve serviços com dedicação exclusiva de mão de obra nem configura cessão de trabalhadores, não incidindo, portanto, a vedação prevista na legislação aplicável. A contratação refere-se à locação de bens, podendo ser executada regularmente por cooperativas que atendam às exigências do edital.

Da vedação à subcontratação

Fica vedada a subcontratação total ou parcial do objeto, tendo em vista que a locação de brinquedos recreativos, incluindo transporte, montagem, operação e desmontagem, deve ser executada diretamente pela empresa contratada, como forma de garantir a padronização, a segurança dos equipamentos, a responsabilidade técnica e o adequado cumprimento das obrigações contratuais. A vedação visa assegurar maior controle da Administração sobre a execução do objeto e reduzir riscos operacionais durante a realização das campanhas de vacinação.

Quanto a Possível adesão a Ata de Registro de Preços

Não será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por órgãos ou entidades não participantes ("carona"), considerando que a contratação se destina a atender demanda específica, pontual e sazonal da Secretaria Municipal de Saúde, vinculada às campanhas de vacinação do calendário anual. Tal vedação visa preservar o planejamento da contratação, a adequada execução do objeto e o equilíbrio econômico-financeiro da futura contratação.



3. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VIII da Lei 14.133/2021) justificativas para o parcelamento ou não da contratação:

Conclui-se pela não adoção do parcelamento da contratação, considerando que o objeto consiste na locação de brinquedos recreativos para utilização durante campanhas de vacinação previamente definidas, cuja execução integrada é essencial para garantir a padronização dos equipamentos, a segurança dos usuários e a eficiência operacional.

A contratação pela licitação com itens agrupados em lotes para a locação de brinquedos mostra-se a mais adequada sob os aspectos técnico, operacional e econômico, considerando a natureza do objeto a ser contratado.

Os brinquedos a serem locados apresentam afinidade funcional e operacional, uma vez que são destinados a um mesmo evento, exigindo entrega simultânea, montagem, acompanhamento técnico, desmontagem e retirada, além de responsabilidade integrada pela segurança e manutenção durante o período de uso.

O agrupamento em lotes permite que um único fornecedor seja responsável pelo conjunto de brinquedos de cada lote, o que:

- assegura padronização na qualidade, segurança e manutenção dos equipamentos;
- facilita a coordenação logística (transporte, montagem e desmontagem);
- reduz riscos operacionais e de responsabilidade civil;
- simplifica a gestão contratual e a fiscalização pela Administração.

Além disso, a contratação por lotes tende a gerar economia de escala, com redução de custos indiretos, como transporte, equipe técnica e deslocamento, refletindo em propostas mais vantajosas para a Administração Pública.

Ressalta-se que a adoção de lotes não compromete a competitividade, pois os lotes foram estruturados de forma a permitir a participação de fornecedores do ramo, em conformidade com o princípio da competitividade e com o disposto



na Lei nº 14.133/2021, ao mesmo tempo em que atende aos princípios da eficiência, economicidade e planejamento.

Dessa forma, a escolha da licitação por itens agrupados em lotes revela-se a solução mais eficiente para atender ao interesse público e à adequada execução do objeto.

4. ESTIMATIVA DE QUANTIDADE (art. 18 § 1º inciso IV da Lei 14133/2021)

estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala;

A estimativa de quantitativos foi elaborada com base no histórico de campanhas de vacinação realizadas pelo Município, considerando a realização de duas campanhas anuais, sendo:

- Campanha de Vacinação contra Influenza, no mês de abril;
- Campanha de Multivacinação, no mês de outubro.

Para cada campanha, estima-se a necessidade de locação de brinquedos recreativos compatíveis com o público infantil atendido, dimensionados conforme o número médio de participantes registrados em anos anteriores, de modo a assegurar adequada capacidade de atendimento e promover economia de escala na contratação.

5. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso VI da Lei 14.133/2021) estimativa do valor da contratação, acompanhada dos preços unitários referenciais, das memórias de cálculo e dos documentos que lhe dão suporte, que poderão constar de anexo classificado, se a Administração optar por preservar o seu sigilo até a conclusão da licitação;

A estimativa do valor da contratação foi elaborada em estrita observância à metodologia de pesquisa de preços prevista na Lei nº 14.133/2021, tomando-se por base referências idôneas, atuais e compatíveis com o objeto a ser contratado. Para a composição dos preços, foram utilizados como parâmetros editais anteriormente realizados pelo próprio Município de Dois Vizinhos,



especificamente os Pregões Eletrônicos nº 90051/2024, nº 90054/2024 e nº 90094/2025, os quais contemplam objetos de natureza semelhante.

A partir da análise comparativa dos valores constantes nos referidos procedimentos e de referências de mercado vigentes, obteve-se a estimativa do custo da contratação, alcançando o montante global de R\$ 10.132,70 (dez mil cento e trinta e dois reais e setenta centavos), valor considerado compatível com os preços praticados no mercado e adequado à realidade orçamentária e financeira da Secretaria.

6. ANÁLISE DOS RISCOS (art. 18 § 1º inciso X da Lei 14.133/2021) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual;

a) Fase de Planejamento

RISCO 1			
Descrever aqui o risco: Contratação de empresa sem capacidade técnica adequada para fornecimento seguro e adequado dos brinquedos recreativos.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	(x) Alta
Dano			
Risco à integridade física das crianças, paralisação das atividades e prejuízo à imagem da Administração.			
Ação Preventiva		Responsável	
Exigir comprovação de qualificação técnica compatível com o objeto, incluindo atestados de capacidade técnica.		Comissão de Planejamento/Setor de Licitações	
Ação de Contingência		Responsável	
Substituição imediata dos equipamentos ou rescisão contratual, conforme o caso.		Gestor do Contrato.	
RISCO 2			
Descrever aqui o risco: Atraso na entrega, montagem ou desmontagem dos brinquedos nos dias das campanhas.			
Probabilidade:	() Baixa	(x) Média	() Alta
Impacto:	() Baixa	() Média	() Alta
Dano			
Comprometimento da programação das campanhas e redução da adesão da população.			
Ação Preventiva		Responsável	
Definição clara de prazos no edital e contrato, com aplicação de penalidades em caso de descumprimento.		Comissão de Planejamento/Fiscal do Contrato	
Ação de Contingência		Responsável	
Readequação do cronograma ou substituição do fornecedor, se necessário.		Gestor do Contrato.	
RISCO 3			
Descrever aqui o risco: Definição inadequada das especificações técnicas dos brinquedos no edital.			



Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta
Dano			
Contratação de equipamentos inadequados ao público infantil ou incompatíveis com os espaços disponíveis, comprometendo a execução do objeto.			
Ação Preventiva		Responsável	
Elaboração de especificações técnicas claras e objetivas no Termo de Referência, considerando faixa etária, segurança e dimensões dos brinquedos.		Setor Demandante / Comissão de Planejamento	
Ação de Contingência		Responsável	
Ajuste contratual ou substituição dos equipamentos fornecidos, conforme previsto no contrato.		Gestor do Contrato.	

b) Gestão do Contrato

RISCO 1					
Descrever aqui o risco: Falhas na manutenção, conservação ou segurança dos brinquedos durante a execução do contrato.					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta		
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta		
Dano					
Interrupção das atividades recreativas, risco de acidentes e necessidade de suspensão do serviço.					
Ação Preventiva		Responsável			
Fiscalização contínua durante a execução contratual e exigência de manutenção imediata dos equipamentos.		Fiscal do Contrato.			
Ação de Contingência		Responsável			
Retirada imediata do brinquedo defeituoso e substituição por equipamento em perfeitas condições.		Gestor do Contrato.			
RISCO 2					
Descrever aqui o risco: Acidentes envolvendo usuários em razão de uso inadequado dos brinquedos.					
Probabilidade:	<input checked="" type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta		
Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta		
Dano					
Danos físicos aos usuários, responsabilização da Administração e interrupção das atividades.					
Ação Preventiva		Responsável			
Exigência de monitores capacitados, observância das normas de segurança e orientação contínua aos usuários.		Fiscal do Contrato.			
Ação de Contingência		Responsável			
Interrupção imediata do uso do equipamento e substituição do brinquedo, se necessário.		Gestor do Contrato.			
RISCO 3					
Descrever aqui o risco: Condições climáticas adversas que impeçam a utilização dos brinquedos.					
Probabilidade:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input checked="" type="checkbox"/> Média	<input type="checkbox"/> Alta		



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

Impacto:	<input type="checkbox"/> Baixa	<input type="checkbox"/> Média	<input checked="" type="checkbox"/> Alta
Dano			
Suspensão parcial das atividades recreativas durante a campanha.			
Ação Preventiva	Responsável		
Planejamento prévio e avaliação de locais alternativos cobertos, quando possível.	Secretaria Municipal de Saúde / Contratada		
Ação de Contingência	Responsável		
Remanejamento de datas ou locais, conforme decisão da Administração.	Gestor do Contrato.		

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (art. 18 § 1º inciso VII da Lei 14.133/2021) descrição da solução como um todo, inclusive das exigências relacionadas à manutenção e à assistência técnica, quando for o caso:

A solução proposta consiste na locação de brinquedos recreativos destinados a apoiar a realização das campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde, ao longo do ano, especificamente durante as campanhas de Vacinação contra Influenza, no mês de abril, e de Multivacinação, no mês de outubro.

A contratação abrangerá o fornecimento, transporte, montagem, desmontagem e acompanhamento técnico dos brinquedos recreativos nos locais previamente definidos pela Secretaria Municipal de Saúde, garantindo condições adequadas de uso, segurança e funcionamento durante todo o período de execução das ações.

Os brinquedos deverão ser apropriados ao público infantil, confeccionados em materiais resistentes, atóxicos e em conformidade com as normas de segurança vigentes, devendo estar em perfeito estado de conservação, limpeza e higiene, de modo a não oferecer riscos à saúde ou à integridade física dos usuários.

A empresa contratada deverá assegurar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos durante o período de locação, responsabilizando-se por eventuais reparos, substituições ou correções necessárias para garantir o pleno funcionamento dos brinquedos, sem ônus adicional para a Administração. Quando aplicável, deverá ser disponibilizada assistência técnica imediata, com pessoal capacitado para sanar eventuais falhas ou intercorrências durante os eventos.



A solução contempla, ainda, a presença de monitores ou responsáveis, quando necessário, para orientar o uso adequado dos brinquedos, contribuindo para a segurança das crianças e para o bom andamento das atividades recreativas integradas às ações de imunização.

Dessa forma, a solução proposta apresenta-se adequada, eficiente e compatível com os objetivos da Administração Pública, ao promover um ambiente lúdico e acolhedor que incentive a participação da população, especialmente do público infantil, nas campanhas de vacinação, contribuindo para o aumento da cobertura vacinal e para o fortalecimento das ações de saúde pública.

8. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso III da Lei 14.133/2021)

Como requisitos da contratação serão requeridos os seguintes documentos:

- a) Atestado(s) de capacidade técnica, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove(m) a aptidão da empresa para a execução de atividades compatíveis com o objeto da licitação;
- b) A contratada deverá disponibilizar os brinquedos em perfeito estado de conservação, higiene e segurança, devidamente higienizados antes da montagem e acompanhados de todos os acessórios necessários para seu funcionamento, incluindo infladores, extensões elétricas e equipamentos de ancoragem;
- c) A montagem e desmontagem deverão ser realizadas pela contratada, obedecendo às normas de segurança e ao cronograma estabelecido pela Secretaria Municipal de Saúde;
- d) Durante todo o período de funcionamento, os brinquedos deverão estar sob a supervisão de monitores indicados pela contratada, garantindo uso adequado e evitando riscos de acidentes;
- e) Caberá ainda à contratada responsabilizar-se pelo transporte, carga e descarga dos equipamentos, com prazos rigorosos para cumprimento, de



modo a assegurar a plena execução do evento. Em caso de falha, defeito ou risco de segurança, a contratada deverá substituir imediatamente o equipamento comprometido por outro de igual ou superior qualidade.

A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, se cabíveis ao objeto.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto pela área responsável não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato ou por vícios do produto.

A Contratada deverá assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica sobre a qualidade e especificação dos produtos que serão entregues.

A Contratada deverá fornecer diretamente o produto, não podendo transferir a responsabilidade pelo objeto licitado para nenhuma outra empresa ou instituição de qualquer natureza.

Prestará todos os esclarecimentos técnicos que lhe forem solicitados relacionados com as características dos produtos/serviços fornecidos.

Necessitará executar, fielmente, as entregas de acordo com as requisições expedidas, não se admitindo modificações sem prévia consulta e concordância da Contratante.

A Contratada obriga-se a executar os serviços e/ou realizar a entrega dos produtos em estrita conformidade com os prazos, critérios, dias, locais e quantidades previamente estabelecidos, atendendo integralmente às necessidades da Administração, conforme as condições definidas no instrumento contratual e em seus anexos.



Manter durante toda a execução deste objeto, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação.

A Contratada é obrigada a pagar todos os tributos, contribuições fiscais que incidam ou venham a incidir, direta e indiretamente, sobre os materiais adquiridos, fornecer Nota Fiscal correspondente aos produtos comercializados, igual ao descrito em Nota de Empenho, assim como se responsabilizar pelas despesas operacionais e administrativas, de mão de obra dos produtos, transporte até o local da entrega que será previamente indicado.

Quando a aquisição for adquirida pelo Município através de Transferências Especiais de Recursos Federais ou Estaduais ou verba parlamentar é imprescindível indicar nas observações da Nfe, o número do convênio, número do Edital, documentos estes que comprovam o nexo causal entre recursos repassados e as despesas realizadas.

INSTALAÇÃO DE ESCRITÓRIO

() SIM

(x) NÃO

9. JUSTIFICATIVAS (Art. 18, inciso IX da Lei 14133/2021) A motivação circunstanciada das condições do edital, tais como justificativa de exigências de qualificação técnica, mediante indicação das parcelas de maior relevância técnica ou valor significativo do objeto, e de qualificação econômico-financeira, justificativa dos critérios de pontuação e julgamento das propostas técnicas, nas licitações com julgamento por melhor técnica ou técnica e preço, e justificativa das regras pertinentes à participação de empresas em consórcio;

A definição das condições constantes do edital, especialmente no que se refere às exigências de qualificação técnica e de qualificação econômico-financeira, encontra-se devidamente motivada na necessidade de assegurar que a empresa contratada possua capacidade operacional, técnica e financeira para executar o objeto de forma adequada, contínua e segura, em atendimento ao interesse público.

a) Qualificação técnica:



A exigência de qualificação técnica justifica-se em razão da necessidade de garantir que a contratada detenha experiência prévia compatível com o objeto, assegurando o correto fornecimento, instalação, operação e suporte dos brinquedos recreativos durante as campanhas de vacinação. Embora se trate de serviço classificado como comum, a execução envolve parcelas de maior relevância técnica, tais como:

- disponibilização de brinquedos adequados ao público infantil;
- atendimento às normas de segurança aplicáveis;
- organização logística, incluindo transporte, montagem e desmontagem;
- manutenção das condições de uso e segurança durante todo o período do evento.

Dessa forma, a comprovação de aptidão técnica por meio de atestados ou documentos equivalentes é medida razoável e proporcional, reduzindo riscos de falhas operacionais, acidentes ou interrupções que possam comprometer o andamento das campanhas de vacinação.

b) Qualificação econômico-financeira:

A exigência de qualificação econômico-financeira visa assegurar que a licitante possua condições financeiras suficientes para suportar os custos da execução contratual, incluindo aquisição, manutenção, transporte e eventual substituição dos equipamentos, sem prejuízo à continuidade dos serviços. Tal exigência é especialmente relevante para evitar a contratação de empresas sem capacidade financeira mínima, o que poderia resultar em inadimplemento, atrasos ou execução precária do objeto, em prejuízo à Administração e à população atendida.

Dessa forma, as exigências propostas mostram-se adequadas, proporcionais e necessárias, estando alinhadas aos princípios da legalidade, isonomia, competitividade, eficiência e segurança da contratação, conforme preconiza a Lei nº 14.133/2021.



10. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS e CONTRATAÇÃO SUSTENTÁVEL (art. 18 § 1º inciso XII da Lei 14.133/2021) descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável:

A execução do objeto desta licitação não apresenta impactos ambientais diretos de grande relevância, considerando que se trata da locação de brinquedos recreativos. Contudo, a Administração Municipal reconhece que toda contratação pública deve observar critérios de sustentabilidade, em conformidade com o art. 225 da Constituição Federal, a Lei nº 12.305/2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos) e o art. 18, § 1º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021. Dessa forma, serão adotadas medidas mitigadoras e preventivas, tais como:

- a) exigência de que os brinquedos locados estejam em bom estado de conservação, confeccionados com materiais de longa durabilidade, evitando o descarte precoce;
- b) observância da logística reversa, quando aplicável, com encaminhamento adequado de resíduos recicláveis e descarte ambientalmente correto de rejeitos;
- c) incentivo ao uso de bens e equipamentos de baixo impacto ambiental, priorizando fornecedores locais, quando possível, de modo a reduzir a necessidade de transporte e, conseqüentemente, a emissão de poluentes;
- d) orientação para que o transporte dos bens observe boas práticas de eficiência energética e economia de combustível;
- e) adoção de procedimentos racionais de uso, conservação e descarte, compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis, conforme previsto no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.



11. DEMONSTRATIVOS DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (art. 18 § 1º inciso IX da LEI 14.133/2021) demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis;

Com a contratação proposta, pretende-se alcançar resultados que assegurem a economicidade, a eficiência administrativa e o melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis, conforme descrito a seguir:

- a) Economicidade: a opção pela locação de brinquedos recreativos, em substituição à aquisição definitiva, possibilita a redução de custos relacionados à compra, manutenção, armazenamento, depreciação e descarte de bens, garantindo melhor relação custo-benefício e evitando despesas permanentes para a Administração;
- b) Racionalização dos recursos financeiros: a contratação concentrada para atendimento das campanhas de vacinação ao longo do ano permite planejamento orçamentário adequado, controle de gastos e previsibilidade das despesas, com pagamento restrito ao período efetivo de utilização dos equipamentos;
- c) Otimização dos recursos materiais: a utilização de brinquedos locados, mantidos e substituídos pela empresa contratada, assegura o uso de equipamentos em boas condições, atualizados e adequados à finalidade proposta, sem a necessidade de investimentos em aquisição e manutenção por parte do Município;
- d) Aproveitamento dos recursos humanos: a solução proposta permite que os servidores da Secretaria Municipal de Saúde permaneçam focados em suas atividades finalísticas, especialmente nas ações de imunização, não sendo demandados para atividades operacionais relacionadas à logística, montagem, manutenção ou controle dos equipamentos recreativos;
- e) Eficiência operacional: a disponibilização de solução integrada, incluindo transporte, montagem, desmontagem e suporte técnico, contribui para a



fluidez da execução das campanhas, reduzindo riscos de atrasos, falhas operacionais e retrabalhos;

- f) Melhoria dos resultados institucionais: ao proporcionar ambiente mais acolhedor e atrativo ao público infantil, a contratação contribui para o aumento da adesão às campanhas de vacinação, ampliando a cobertura vacinal e potencializando os resultados das políticas públicas de saúde.

Dessa forma, os resultados pretendidos alinham-se aos princípios da eficiência, economicidade, planejamento e interesse público, demonstrando que a solução escolhida representa o melhor aproveitamento dos recursos disponíveis para o atendimento das necessidades da Administração Municipal.

12. REGIME DE FORNECIMENTO (Art. 18, inciso VII da Lei 14.133/2021) o regime de fornecimento de bens, de prestação de serviços ou de execução de obras e serviços de engenharia, observados os potenciais de economia de escala;

O regime de fornecimento adotado será o de prestação de serviços sob demanda, por meio de locação de brinquedos recreativos, conforme as necessidades da Administração, para atendimento das campanhas de vacinação promovidas pela Secretaria Municipal de Saúde ao longo do exercício.

A execução do objeto ocorrerá de forma parcelada, nos períodos previamente definidos para as campanhas de Vacinação contra Influenza, no mês de abril, e de Multivacinação, no mês de outubro, ou em outras datas que venham a ser estabelecidas pela Administração, respeitadas as condições contratuais.

Tal regime possibilita o aproveitamento de economia de escala, na medida em que a contratação concentrada de um único fornecedor para múltiplos eventos reduz custos operacionais, logísticos e administrativos, quando comparada a contratações isoladas ou emergenciais, além de permitir melhor planejamento, padronização dos serviços e controle da execução.

O fornecimento compreenderá, quando aplicável, o transporte, montagem, desmontagem, manutenção e suporte técnico dos equipamentos locados, garantindo a continuidade e a eficiência da prestação dos serviços durante todo o período de utilização.



13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES OU DE EMPREGADOS PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL (art. 18 § 1º inciso X da LEI 14.133/2021)

providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual;

Não há necessidade de providências específicas. O gestor, fiscal(is) e suplente(s) designados para o contrato são servidores experientes e não terão dificuldade na fase de execução contratual.

Relação de Gestor e Fiscais	
Gestor:	Claudete Meurer
Fiscal Administrativo:	Bianca Cristina Schreiber
Fiscal de Recebimento/Execução:	Jaqueline Cordeiro dos Santos Almeida
Suplentes:	Andrea Regina Pellin Cagnini

14. CONTRATAÇÕES CORRELATAS e/ou INTERDEPENDENTES (art. 18 § 1º inciso XI da Lei 14.133/2021)

Para a execução do objeto desta contratação, não há contratações correlatas ou interdependentes que condicionem, influenciem ou sejam imprescindíveis à sua execução.

A locação de brinquedos recreativos destinada ao apoio às campanhas de vacinação possui autonomia operacional, podendo ser executada de forma independente, sem prejuízo às demais ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Saúde, as quais serão realizadas com recursos e contratos próprios.

Eventuais contratações necessárias à execução das campanhas de vacinação, tais como aquisição de insumos, materiais ou serviços diretamente relacionados à imunização, não se caracterizam como interdependentes em



relação ao objeto desta contratação, uma vez que possuem natureza, finalidade e gestão distintas.

15. ALINHAMENTO COM O PAC (art. 18 § 1º inciso II da Lei 14133/2021)
demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual, sempre que elaborado, de modo a indicar o seu alinhamento com o planejamento da Administração;

A presente contratação não consta, neste momento, no Plano Anual de Contratações (PAC), tendo em vista que o recurso orçamentário destinado à sua execução passou a ser disponibilizado de forma anual após o prazo de elaboração e consolidação do referido plano.

Ressalta-se, contudo, que a Administração já está adotando as providências necessárias para a inclusão da demanda no PAC, considerando que o recurso será destinado de maneira recorrente, a fim de assegurar o adequado alinhamento com o planejamento institucional nos exercícios subsequentes, em observância aos princípios do planejamento, da transparência e da eficiência administrativa. Dessa forma, a ausência momentânea da contratação no PAC não compromete a regularidade do processo, uma vez que decorre de fato superveniente devidamente justificado, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

16. A CONTRATAÇÃO SERÁ GLOBAL, POR LOTES DE ITENS OU POR ITENS

- ☐ Global
- ☒ Lote(s) de Itens
- ☐ Por Itens

17. O SERVIÇO OU PRODUTO SE CLASSIFICA COMO?

- ☒ Bens e serviços comuns
- ☐ Bens e serviços especiais
- ☐ Serviço comum de engenharia
- ☐ Serviço especial de Engenharia



A contratação pretendida refere-se à locação de brinquedos recreativos, cujas características, padrões de desempenho e qualidade são usuais no mercado, podendo ser objetivamente definidos no edital por meio de especificações técnicas padronizadas, sem a necessidade de soluções personalizadas ou de elevada complexidade técnica.

Trata-se, portanto, de bens e serviços comuns, nos termos da Lei nº 14.133/2021, uma vez que a execução do objeto não demanda conhecimento técnico especializado, projetos específicos ou engenharia complexa, sendo plenamente passível de comparação objetiva entre as propostas apresentadas pelos licitantes.

- (x) Serviços e fornecimentos (produtos) contínuos
- () Serviços contínuos com regime de dedicação exclusiva de mão de obra
- () Serviços não contínuos ou contratados por escopo
- () Serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual

18. GARANTIA DA CONTRATAÇÃO

Considerando a natureza do objeto, caracterizado como locação de brinquedos recreativos, classificado como bem e serviço comum, de baixa complexidade, com execução pontual e baixo risco de inadimplemento, entende-se não ser necessária a exigência de garantia contratual para a presente contratação. A opção pela dispensa de garantia não compromete a segurança da execução contratual, uma vez que o acompanhamento e a fiscalização do contrato, aliados às penalidades previstas em caso de descumprimento das obrigações assumidas pela contratada, mostram-se suficientes para resguardar o interesse público. Ressalta-se que tal decisão está em conformidade com o disposto no art. 96 da Lei nº 14.133/2021, que faculta à Administração a exigência de garantia, observados os critérios de necessidade, proporcionalidade e razoabilidade.



19. CONCLUSÃO PELA VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 18 § 1º inciso XIII da LEI 14.133/2021) posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.

Diante das análises realizadas ao longo do presente Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação é viável, adequada e necessária para o atendimento da demanda identificada, mostrando-se compatível com o interesse público e alinhada às diretrizes da Secretaria Municipal de Saúde.

A locação de brinquedos recreativos apresenta-se como a solução mais eficiente e econômica para apoiar a execução das campanhas de Vacinação contra Influenza e de Multivacinação, contribuindo para a ampliação da adesão da população, especialmente do público infantil, e para o alcance das metas de cobertura vacinal estabelecidas pelo Ministério da Saúde.

Verifica-se, ainda, que a contratação atende aos princípios do planejamento, economicidade, eficiência, razoabilidade e sustentabilidade, estando amparada por recursos orçamentários específicos destinados às campanhas de vacinação, não havendo impedimentos de ordem técnica, operacional, orçamentária ou ambiental que inviabilizem sua execução.

Dessa forma, manifesta-se posicionamento favorável à contratação, recomendando-se o prosseguimento do processo licitatório, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e da regulamentação aplicável.

20. MODALIDADE, CRITÉRIO, MODO DE DISPUTA, ETC (Art. 18, inciso VIII da Lei 14133/2021) a modalidade de licitação, o critério de julgamento, o modo de disputa e a adequação e eficiência da forma de combinação desses parâmetros, para os fins de seleção da proposta apta a gerar o resultado de contratação mais vantajoso para a Administração Pública, considerado todo o ciclo de vida do objeto;

- (x) Pregão, (x) Tradicional () SRP
- () Concorrência, () Tradicional () SRP
- () Concurso
- () Leilão



☐ Dialogo Competitivo

Procedimentos auxiliares

☐ Credenciamento (Inexigibilidade-Chamamento)

☐ Pré-Qualificação

☐ Procedimento de Manifestação de Interesse, etc vide art. 78 da Lei.

☒ Não se aplica

Contratação Direta:

☐ Dispensa ☐ com disputa ☐ sem disputa

☐ Inexigibilidade de licitação.

☒ Não se aplica

Critério de julgamento:

☒ menor preço

☐ melhor técnica ou conteúdo artístico

☐ técnica e preço

☐ maior retorno econômico

☐ maior desconto

☐ maior lance

Modo de disputa: O modo de disputa poderá ser, isolada ou conjuntamente:

☒ Aberto

☐ Fechado

☐ Aberto e Fechado

☐ Fechado e Aberto

Caráter do orçamento estimado SIGILOSO

☐ SIM

☒ NÃO



Município de

Dois Vizinhos

Estado do Paraná

21. Qual será a fonte dos recursos a serem utilizados?

- ☐ Recursos Próprios
- ☒ Recursos Estaduais
- ☐ Recursos Federais

Dois Vizinhos, 12 de janeiro de 2026.

CLAUDETE MEURER

Gestora de Saúde

Secretaria Municipal de Saúde

Matrícula Funcional 17949-1